

Do Chibalo à Libertação da África Austral

DO **Chibalo** forma de trabalho forçado característica do colonialismo português, a problemas de socialização da produção num colectivo de produtores rurais na província de Nampula. De um estudo sobre Jonas Savimbi da UNITA como veículo da contra-revolução em Angola e no subcontinente, à Declaração para a **Libertação Económica** dos Estados independentes da África Austral. Neste segundo número de **Estudos Moçambicanos**, através de um conjunto diversificado de artigos, tentamos confrontar aspectos do que consideramos ser tarefa principal de uma revista de ciências sociais neste País: como analisar o funcionamento do colonial-capitalismo, não como simples curiosidade de um passado morto e enterrado, mas sim ao serviço da transformação da sociedade pela revolução moçambicana? E isto não só no interior de Moçambique, mas na África Austral como um todo.

Regressamos a aspectos de um dos temas-chave que nos impusémos para o estudo da economia política colonial: Quais as formas específicas de exploração da força de trabalho implementadas pelo colonial-capitalismo português? Com que impacto na formação de classes e na luta de classes? E implicitamente, com que significado para uma estratégia de reconstrução social e económica?

O sistema imposto em Moçambique foi sem dúvida um sistema capitalista, embora se tratasse de um capitalismo de tipo espe-

cial, que fez recair métodos de exploração distintos tanto sobre operários como sobre camponeses. São estes métodos que analisamos, para mostrar a sua natureza especial e também para mostrar que, enquanto coexistiram, encontravam-se numa certa tensão um com o outro, e provocaram crises no sistema que este nunca resolveu.

A forma mais característica de exploração da força de trabalho nas antigas colónias portuguesas foi, sem dúvida, o **Chibalo** ou trabalho forçado. As origens do **Chibalo** recuam inicialmente ao código legal português de 1899, que se seguiu aos trabalhos desenvolvidos durante as comissões do ano precedente, chefiadas por António Enes, então Comissário Régio. Foi um código laboral aplicado em todas as colónias portuguesas; periodicamente revisto, como por exemplo em 1928; aplicado com algumas variantes às diferentes colónias, como no caso dos Regulamentos especiais aprovados para Moçambique em 1930; e ostensivamente abolido em 1961, quando o sistema tinha deixado marcas indeléveis na economia, na sociedade e nos seus habitantes.

Este número inclui uma série de entrevistas com as vítimas do sistema **Chibalo**. Nelas se encontram relatos sobre a caça ao homem para o trabalho **Chibalo** e sobre a forma como famílias e comunidades inteiras se organizavam para fugir ao mesmo; sobre as experiências de trabalhadores **Chibalo** capturados, alguns dos quais homens que têm hoje mais de 80 anos; sobre como, apesar da lei prever apenas seis meses de trabalho forçado em cada doze, essa lei foi, mesmo assim, ignorada e ultrapassada e o período de trabalho prolongado à força. E no entanto, embora o **Chibalo** fosse talvez a forma mais violenta e degradante de trabalho compulsivo, e os trabalhadores não possuísem quaisquer direitos e estivessem desorganizados, mesmo assim eles encontraram formas e coragem para lutar contra o **Chibalo** e até, como mostram as entrevistas conduzidas por Alpheus Manghezi, para fazer greves.

A cidade capital do Moçambique colonial, Lourenço Marques, actualmente Maputo, foi em grande medida construída pelo **Chibalo**. O artigo assinado por Jeanne Penvenne, que efectuou o trabalho de campo em Moçambique durante 1978 e 1979, é uma versão reescrita e resumida; elaborada por nós, do trabalho por ela apresentado num seminário e denominado «**Forced Labour and the origin of an African working class: Lourenço**

Marques, 1870-1962». Mostra como a utilização do trabalho **Chibalo** afectou a estrutura da classe operária urbana; como foi utilizado o sistema para manter esta classe marginal e sem força, já que um grupo de **Chibalo**, ou «suboperários» foi criado para minar as reivindicações de outros sectores da classe operária. Tal foi a importância do **Chibalo** como instrumento, tanto do capital estatal, como privado. Garantiu mão-de-obra virtualmente gratuita para obras públicas ao Estado; abasteceu os empresários privados, desde a indústria de construção às plantações e herdades dos colonos, com um fluxo garantido de mão-de-obra a níveis salariais absolutamente mínimos. Assim foi a construção do capitalismo barato, e o trabalho **Chibalo** deve ser analisado enquanto sistema de utilização de mão-de-obra a que o Estado e capitais portugueses recorriam, não como sinal de poder, mas sim como manifestação da sua própria debilidade. As herdades dos colonos no Sul; as plantações no Centro; a indústria das cidades, não podiam competir com os salários pagos na indústria mineira da África do Sul, mesmo nos anos em que estes salários se mantiveram extremamente baixos. O **Chibalo** foi assim o sistema laboral implementado por um Estado e por uma economia incapazes de competir no mercado regional de trabalho da África Austral.

Isto leva-nos às ligações entre o **Chibalo** e a utilização do trabalho migratório que, como mostrámos no nosso primeiro número, era a forma dominante de utilização de mão-de-obra não só em Moçambique como em toda a África Austral. O trabalho migratório, como sabemos, é uma mão-de-obra obrigada a oscilar entre a produção agrícola doméstica no seio da economia rural e entre períodos alternados de trabalho assalariado. Na realidade, o trabalho **Chibalo** pode também ser englobado na categoria de trabalho migratório, na medida em que os homens eram capturados para irem trabalhar longe das localidades onde viviam. Mas simultaneamente, como o trabalho **Chibalo** tinha necessariamente de migrar para abastecer as principais necessidades laborais dos diversos sectores da economia, grande parte da mão-de-obra moçambicana migrou para fora do País precisamente para escapar ao **Chibalo**. Já analisámos anteriormente a venda de mão-de-obra migrante contratada, realizada pelo Estado colonial à África do Sul. Tal como o demonstra o artigo da autoria de Adamo, Davies e Head publicado no presente número, os migrantes moçambicanos também trabalharam na economia da Rodésia colonial. Esta mão-de-obra veio principalmente de Manica, Sofala, Tete e

Zambézia. O referido artigo mostra como este fluxo resultou de uma luta competitiva por mão-de-obra entre as plantações do centro de Moçambique e as minas e agricultura rodesianas.

Na última parte do período colonial, o Estado colonial aplicou diversas medidas para diminuir o fluxo de trabalhadores de Moçambique para a Rodésia. Mas nessa altura, alterações verificadas no seio da economia rodesiana — incremento da mecanização e portanto diminuição das necessidades de mão-de-obra — redundaram em medidas legislativas tomadas por Salisbury para proibir a concessão de emprego a trabalhadores negros «estrangeiros». Registou-se então uma remoção de moçambicanos da economia rodesiana — tal como sucedeu, relativamente às minas sul-africanas, depois de 1975. Nessa altura, grande número de produtores camponeses estava já muito dependente de salários em dinheiro. De tal forma que, como o artigo sugere, a crise da economia colonial deixou o Moçambique independente com graves problemas de subemprego e desemprego, não só nas três Províncias do Sul, mas também nas centrais.

O colonial-capitalismo, portanto, alicerçou-se em mão-de-obra barata e forçada. Mas assentou também na produção de mercadorias baratas, e instituiu formas rigorosas de exploração da produção camponesa a fim de as garantir. A lei do **Chibalo** coagia a mão-de-obra, partindo do princípio que todos os cultivadores camponeses negros eram preguiçosos e precisavam, portanto, da obrigação «moral» de trabalhar. No entanto o Estado colonial impôs simultaneamente a produção agrícola forçada a esse mesmo campesinato. Ao contrário do processo de instauração do capitalismo na Europa, não se tratou de um campesinato expropriado das suas terras e transformado em trabalhadores «livres», «livres» para venderem a sua força de trabalho ao capital. O colonial-capitalismo assegurou antes uma certa reprodução da produção camponesa por duas razões: em primeiro lugar para transferir parte das despesas do capital relativas à reprodução do migrante, ou trabalhador **Chibalo** e suas famílias, para o lar camponês; em segundo lugar para obrigar o campesinato a produzir produtos alimentícios e matérias-primas agrícolas baratas. O mesmo campesinato que teve de fornecer o trabalho **Chibalo** foi obrigado a produzir quotas estipuladas de algodão, arroz e outros produtos. É evidente que este duplo fardo de exploração, que extraía tanto força de trabalho barata como mercadorias baratas dos mesmos operários

-camponeses, tinha, pela sua própria natureza, de limitar drasticamente a produção agrícola camponesa e a eficiência do trabalho. De facto, o sistema colonial nunca conseguiu resolver esta tensão entre as suas duplas necessidades. É também evidente que, sob este sistema, o campesinato moçambicano trabalhava sob uma opressão particularmente penosa. Durante os últimos anos do período colonial, o sector camponês não só cultivou a sua própria comida, trabalhou para as plantações e para as economias da África do Sul e Rodésia, como ainda forneceu, adicionalmente, cerca de 15 por cento do total da produção agrícola comercializada para consumo interno e exportação. Perante estes factos, como é evidente, desmorona-se de uma vez por todas o mito do campesinato africano tradicional de subsistência.

O algodão era a principal cultura forçada, pois tratava-se de uma matéria-prima agrícola necessária para a indústria têxtil em Portugal, que se encontrava em rápido crescimento, e foi no decurso dos anos 1940 que a burguesia portuguesa, apoiada pelo «Estado Novo» de Salazar, impôs o cultivo forçado de algodão ao campesinato. Tal é o pano de fundo do artigo sobre a cooperativa de Netia, cujas famílias camponesas ocuparam a machamba abandonada por um colono, anunciando que **«já não queremos ser explorados»** e começando, lenta e dificilmente, a construir uma cooperativa como nova forma revolucionária de organização da produção.

Tudo isto serve para salientar que é através da organização de formas de produção colectivas que o campesinato deve começar a construir os meios com os quais poderá dirigir a sua história. As machambas colectivas de Eripele são exemplos de camponeses profundamente engajados no processo de construção da produção colectiva; eles fazem planos para o alargamento e extensão das terras colectivas; eles salientam a sua própria responsabilidade e a necessidade de contarem com as próprias forças; eles sabem da sua própria experiência de que forma os resultados económicos da produção cooperativa estão inextricavelmente ligados à mobilização política. Porque a cooperativa não é uma empresa que emprega e despede mão-de-obra assalariada para cumprir os seus horários de produção; os membros da cooperativa fixam voluntariamente os seus próprios horários de trabalho, e se não estiverem directamente envolvidos tanto na planificação da produção como na própria produção cooperativa, os resultados econó-

micos da cooperativa nunca serão bons, por muito boa que seja a planificação técnica a nível do Estado.

O artigo sobre a cooperativa de Netia é uma pequena parte do material de investigação produzido por trabalhos de campo realizados pelo Centro de Estudos Africanos, na província de Nampula em 1979, e na província da Zambézia em 1980, sobre a natureza da agricultura camponesa e problemas da transformação da produção familiar em produção cooperativa. Porquê esta preocupação com a agricultura camponesa, e o ênfase que esta espécie de estudos dá a análises detalhadas, não só da economia rural em geral, mas do lar familiar, e da cooperativa como unidades de produção a que devem ser aplicados princípios de cálculo económico tais como: Quem produz? Com que resultados? Com que despesas? Com que excedentes?

É preciso que se diga sobre estes projectos que a intenção não é idealizar a agricultura camponesa, ou advogar uma qualquer forma arcaica e populista de socialismo rural; pelo contrário, a intenção é estudar e analisar a agricultura camponesa a fim de a transformar. Sem a transformação da agricultura camponesa, e sua baixa produtividade de solos e trabalho, não se pode registar uma melhoria nas condições materiais básicas das massas rurais.

Mas a estratégia da cooperativização do campo não deve ser meramente encarada a nível da elevação da produtividade, como se produção e política estivessem separadas. A estratégia de transformação rural da FRELIMO dá prioridade, não meramente a um aumento de produção, mas ao desenvolvimento de novas formas de organização da produção: aldeia comunal com a sua base assente na produção colectiva, e as organizações do Partido e de massas que unem os operários e camponeses como base de classe da nova sociedade, e dinamizam o processo da transição. Na economia rural, a luta pelo poder político desencadeada pelos produtores rurais consiste em aprender a construir o socialismo na prática, de tal forma que cada produtor participe na luta. O novo sistema social em Moçambique surgirá alicerçado em classes produtoras específicas, a classe operária juntamente com a grande massa dos produtores rurais.

A estratégia de Moçambique, no início da década do desenvolvimento, é não só de transformar a sociedade moçambicana, mas também desencadear a batalha do desenvolvimento numa frente muito mais ampla — a da África Austral como um todo.

A inclusão neste número de **África Austral: Pela Libertação Económica**, a declaração dos Governos dos nove Estados independentes da África Austral, fala por si só. A economia política colonial foi distorcida não só pelo colonialismo português mas também pela subordinação da economia moçambicana, juntamente com as economias dos Estados vizinhos, ao capital sul-africano. Os nove Estados da região estão agora empenhados na diminuição progressiva e eventual liquidação da sua dependência relativamente à economia do «apartheid», e em forjar laços de genuína integração regional.

Trata-se de uma batalha económica, mas também política. A atestar este facto, é que foi a libertação do Zimbabwe que tornou possível esta ofensiva regional sem precedentes. Foi precisamente devido aos laços entre a luta económica e política para a libertação total da África Austral, que o artigo de Aquino de Bragança focou o complexo problema da natureza da contra-revolução no subcontinente. A UNITA de Jonas Savimbi é uma força em declínio; é já virtualmente impossível separar a UNITA das forças armadas sul-africanas, e todas as indicações mais recentes apontam para o facto de que a estratégia para a desestabilização da Angola dirigida pelo MPLA não é concebida em qualquer das bolsas do Sul de Angola que serviam de base aos simpatizantes da UNITA, mas sim, em Pretória. Tal é precisamente o aspecto que desejamos analisar: Qual é a natureza do inimigo neste caso? Que forças serve Savimbi verdadeiramente agora e que forças serviu no passado? Como reconciliar as suas alegações de representante de uma luta de libertação nacional, confessadamente regionalista, paroquial, tribal e reaccionária mas que mostra algumas provas de ter algum apoio local, pelo menos no passado; como reconciliar isto com o papel de Savimbi — abundantemente documentado neste número por Aquino de Bragança — de agente?

O imperialismo utiliza as forças que podem ser tornadas mais efectivas, mais poderosas, através de uma instrumentalização exterior; por outras palavras, as funções do agente e do aliado político do imperialismo necessitam de coincidir. Tal é a importância de Savimbi, e o mais curioso neste caso é a forma como — logo que não pode fazer mais nada pela contra-revolução architectada pela PIDE — ele foi tão prontamente aproveitado pela contra-revolução sul-africana,